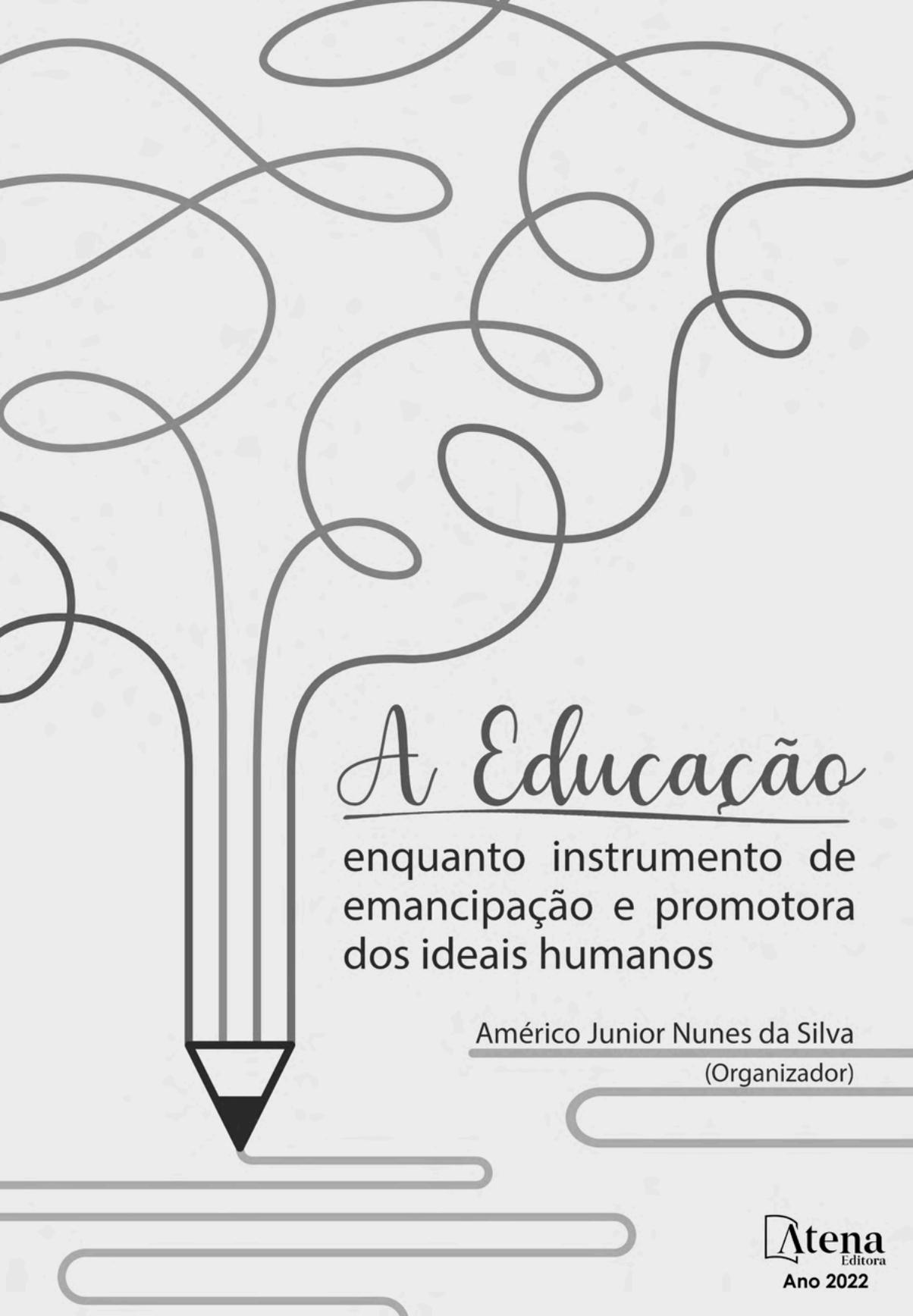


# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-852-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.523222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### FORMAÇÃO INTEGRAL E HUMANA COMO PRESSUPOSTOS PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Rosita Camilo de Souza

Leia Adriana da Silva Santiago

Mirelle Amaral de São Bernardo

Suelma dos Reis Pereira Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228011>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL: O PNAES EM FOCO

Daniele Antonia da Silva

Alda Maria Duarte Araújo Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228012>

### **CAPÍTULO 3..... 25**

#### ESTUDOS CURRICULARES NA SINDEMIA: LIMITES E LIMIARES

Marcelo Manoel de Sousa

Saraí Patrícia Schmidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228013>

### **CAPÍTULO 4..... 43**

#### REVISITANDO CONCEITOS E CONSTRUINDO DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

José Carlos Martins Cardoso

Jorge Antônio Lima de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228014>

### **CAPÍTULO 5..... 52**

#### PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “DR” EM SALA DE AULA

Iohana Tavares Lopes

Luanna Darfini Garrido da Silva

Tauana Evaristo Porto

Thais Tonin

Daniela Valcarenghi

Leia Viviane Fontoura

Ednéia Casagrande Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228015>

### **CAPÍTULO 6..... 62**

#### O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA ESTIMULANDO A

## LEITURA DELEITE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Fernanda Luciano Fernandes  
Sherlany da Silva  
Walquiria Gonçalves Rodrigues  
Carolina Campos Piassarollo  
Evaldo César Mother Ribeiro  
Ana Paula Soares Pachú  
Andreia Canal Zambon  
Ana Marcia Casagrande Fiorio  
Zilda Moreira Zandonade  
Geovana do Carmo Araujo Almeida  
Regina Célia Balardino Paste  
Débora Corrêa dos Santos Brioschi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228016>

## **CAPÍTULO 7..... 74**

### **AVA MOODLE: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DE BIOLOGIA SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Ricardo Gonzaga Sales  
Irene Cristina de Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228017>

## **CAPÍTULO 8..... 84**

### **ARTE AFRO-BRASILEIRA: SABERES E FAZERES POÉTICOS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Guadalupe da Silva Vieira  
Marcos André Betemps Vaz da Silva  
Valquiria Pereira Tenório

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228018>

## **CAPÍTULO 9..... 97**

### **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MODELO REMOTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Maria Cleniuda da Silva Oliveira  
Francisco Wellington dos Santos Saldanha  
Ananias Agostinho da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228019>

## **CAPÍTULO 10..... 101**

### **UM MAPEAR DE PRODUÇÕES BRASILEIRAS SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA EM CONTEXTO PANDÊMICO**

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Leonardo Araújo Suzart  
Maiane de Almeida Nascimento  
Herica Janielli da Silva Limeira  
Roberto Gomes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280110>

**CAPÍTULO 11..... 110**

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS PARA DISPOSITIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA

Maria Betânia Francisca de Albuquerque Araujo

Fernando da Fonseca de Souza

André Victor de Albuquerque Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280111>

**CAPÍTULO 12..... 123**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO RUI BARBOSA EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS: PERCEPÇÕES E REALIZAÇÕES NO COTIDIANO DA ATIVIDADE DOCENTE INTERDISCIPLINAR

André de Oliveira Moura Brasil

Claudia Scareli-Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280112>

**CAPÍTULO 13..... 135**

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM DUAS ESCOLAS, URBANA E RURAL, DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR

Elisandra Augusta Gafuri Manfrin

Francy Rodrigues da Guia Nyamien

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280113>

**CAPÍTULO 14..... 146**

ARGUMENTACIÓN ESCRITA DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS. DE AVANCES Y PERSISTENCIAS A OPORTUNIDADES

Karen Hasleidy Machado Mena

Martha Cecilia Arbeláez Gómez

Martha Lucía Garzón Osorio

Carmen Elisa Vanegas Lotero

Rubén Darío Gutiérrez Arias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280114>

**CAPÍTULO 15..... 166**

NARRATIVAS DE ABDULAI SILA: A EDUCAÇÃO FORMAL COMO VIA PARA O DESENVOLVIMENTO FRICANO

Suely Santos Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280115>

**CAPÍTULO 16..... 178**

JOVENS BRASILEIROS E CABOVERDIANOS COM SEUS PROJETOS DE VIDA: VIOLÊNCIA FAZ DIFERENÇA?

Elmar Silva de Abreu

Elaine Pedreira Rabinovich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280116>

**CAPÍTULO 17..... 196**

TRANSFORMACIÓN DE LA EXPERIENCIA EM APRENDIZAJE:"EL OUTDOOR TRAINING, COOPERACIÓN Y MATERIAL NO CONVENCIONAL"

Julio Fuentesal García

Antonio Baena Extremera

José Javier Horno Tomé

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280117>

**CAPÍTULO 18..... 202**

LA ORGANIZACIÓN DE EVIDENCIAS VISUALES PARA EL LOGRO DE OBJETIVOS DE APRENDIZAJE

Geovany Rodríguez Solís

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280118>

**CAPÍTULO 19..... 212**

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Daniel Vieira Sant'Anna

Daniele de Fátima Fuganholi Abiuzzi Sant'Anna

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Robson Galdino da Silva

Rafael Seidinger de Oliveira

Fabiano da Silva Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280119>

**CAPÍTULO 20..... 222**

MUSEUS, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Juliana dos Santos Nogueira

João Batista Bottentuit Junior

Robson Daniel dos Santos Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280120>

**CAPÍTULO 21..... 233**

A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1934

Fabio Marques de Oliveira Neto

Vaneska Oliveira Caldas

Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280121>

**CAPÍTULO 22..... 241**

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO

**PARTICIPATIVA**

Cláudia Alves Moreira Ramos  
Elize Keller-Franco  
Luciane Baia Heess  
Vânia Karoline Viana dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280122>

**CAPÍTULO 23.....253**

**SOFTWARES EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Yasmin Mascarenhas da Silva  
Aécio Alves Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280123>

**CAPÍTULO 24.....266**

**INCLUSÃO SOCIAL PELA LEITURA**

Maisa Ianaira Goulart Ferreira Gerin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280124>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....275**

**ÍNDICE REMISSIVO.....276**

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO PARTICIPATIVA

*Data de aceite: 10/01/2022*

*Data de submissão: 08/10/2021*

### **Cláudia Alves Moreira Ramos**

Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Engenheiro Coelho - SP  
<http://lattes.cnpq.br/4443247155402269>

### **Elize Keller-Franco**

<http://lattes.cnpq.br/0227193374028987>

### **Luciane Baia Heess**

Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Engenheiro Coelho - SP  
<http://lattes.cnpq.br/4708922504395297>

### **Vânia Karoline Viana dos Santos Silva**

Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Engenheiro Coelho - SP  
<http://lattes.cnpq.br/5531251028765888>

**RESUMO:** A gestão democrática é um princípio aprovado pela Constituição vigente e integra as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Uma das frentes da gestão democrática é a gestão participativa, que pressupõe repensar a estrutura de poder da escola, levando em consideração sua socialização. Para tanto, faz-se necessária a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. O presente artigo tem como objetivo analisar como o Projeto Político Pedagógico pode ser uma ferramenta de implementação da Gestão Participativa nas escolas. Para tanto, pretende-se responder a seguinte pergunta: de que forma a construção

do Projeto Político Pedagógico oportuniza a Gestão Participativa nas instituições escolares de educação básica? Na Gestão Participativa, a construção do PPP implica a viabilização de propostas partilhadas de ações que incitem a inovação e a expressão das variadas dimensões das identidades dos sujeitos que o constroem, executam e avaliam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão participativa. Projeto Político Pedagógico. Gestão escolar.

### THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT AS AN IMPLEMENT OF THE PARTICIPATORY MANAGEMENT

**ABSTRACT:** Democratic management is a principle approved by the current Constitution and integrates the pedagogical, administrative and financial dimensions. One of the fronts of democratic management is the participatory management, that presupposes rethinking the school's power structure, considering its socialization. Therefore, the collective construction of the Political Pedagogical Project is a necessity. This work aims to analyze how the Political Pedagogical Project can be a tool for implementing Participatory Management in schools. Therefore, it's intended to answer the following question: how does the construction of the Political Pedagogical Project provide opportunities for Participatory Management in elementary education school institutions? In Participatory Management, the construction of the PPP implies the viabilization of shared proposals for actions that encourage innovation and the expression of the several dimensions of the identities of the people who build, execute

and evaluate it.

**KEYWORDS:** Participatory Management. Political Pedagogical Project. School Management.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, sancionou em seu artigo 206, inciso VI, que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público. A gestão democrática é um princípio aprovado pela Constituição vigente e agrega as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Tal princípio busca uma ruptura histórica na prática administrativa das instituições escolares com o enfretamento das questões de exclusão, reprovação e da evasão escolar que provocam a marginalização das classes populares. Nesse sentido, estabelece uma apreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica, com o intuito de romper com o afastamento entre concepção e execução, pensar e fazer, teoria e prática.

Uma das frentes da gestão democrática é a gestão participativa, que implica repensar a estrutura de poder da escola, almejando sua socialização. Tal socialização proporciona a participação coletiva, diminuindo o individualismo, aumentando a participação dos representantes dos diversos segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas. Para tanto, faz-se necessária, dentre outras coisas, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

Consoante o disposto na CF/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), dispõe em seu artigo 14, incisos I e II, que os sistemas de ensino devem definir as normas da gestão democrática na educação básica, de acordo com os princípios da participação dos profissionais da educação, comunidade e conselhos escolares na elaboração da proposta pedagógica da escola.

O Projeto Político Pedagógico, doravante designado PPP, surgiu após a Constituição de 88, para oferecer autonomia às escolas na construção da própria identidade. Esse projeto deve ser o referencial de qualquer instituição de ensino. O marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que pressupõe a autonomia da construção de projetos distintos de acordo com as necessidades de cada instituição. O PPP é objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais em todos os níveis, buscando a melhoria da qualidade do ensino. A escola é o local de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita preparar seu trabalho pedagógico com base na realidade de seus estudantes. (VEIGA, 2013).

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma o Projeto Político Pedagógico pode ser uma ferramenta de implementação da Gestão Participativa nas escolas. Para tanto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Como a construção do Projeto Político Pedagógico oportuniza a Gestão Participativa nas instituições escolares de educação básica?

## 2 | DA ADMINISTRAÇÃO CLÁSSICA E CIENTÍFICA À GESTÃO EDUCACIONAL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Para início de conversa, gostaríamos de fazer um breve resgate histórico do conceito de gestão desde os primórdios da administração. Impossível pensar em gestão educacional dissociado da ideia de administração que a precedeu e serviu de base para posterior existência e implementação.

Começamos passando pela administração científica que teve como precursor Frederick Winslow Taylor e se firmava sobre os pilares de planejamento, preparo, controle e execução. Essa foi uma escola cujo foco estava na eficiência e que estava “preocupada em aumentar a eficiência da indústria por meio da racionalização do trabalho do operário”. (CHIAVENATTO, 2004, p. 48). Maximiano (2000) corrobora com este pensamento ao afirmar que “os princípios e as técnicas criados por esse movimento procuravam aumentar a eficiência dos trabalhadores por meio da racionalização do trabalho.” (p. 56). Tudo isso com vistas à otimização do trabalho, de modo que a produção, e por conseguinte, o lucro da empresa fosse aumentado.

Sobre o tipo de abordagem feito pela administração científica, Chiavenatto (2004) afirma que nessa escola, existe uma abordagem de baixo para cima, (do operário para o supervisor) e das partes (operário) para o todo (organização empresarial) e destaca a predominância da atenção ao método de trabalho e aos movimentos necessários à execução de uma tarefa.

Nesse período, aconteceu o que se denomina como Fordismo, um sistema de organização industrial criado por Henry Ford que impactou diretamente o mundo produtivo e tornou-se um processo universal sendo utilizado em praticamente todas as indústrias de produção até os tempos atuais. Nesse período, passou a acontecer um processo de divisão de tarefas, causando uma especialização do operário, fazendo, assim, que esses operários se tornassem especialistas em uma única coisa. (MAXIMIANO, 2000). Isso era bom para as indústrias, pois, através dessa otimização do processo produtivo, era garantida a eficiência máxima da produção, uma vez que os operários passavam a executar suas tarefas com redução de tempo, aumentando, assim, a produtividade, que era o grande objetivo da administração na época: produzir mais em menos tempo.

Com o advento da teoria clássica, preconizada por Henry Fayol, podemos perceber que o mundo produtivo industrial começa a vislumbrar as funções do administrador e passa a ver o operário como alguém que almeja receber recompensas. Segundo Chiavenatto (2004), nesse período o foco deixa de ser as tarefas e passa a ser o gerenciamento, partindo do superior para o subordinado. Ao contrário da teoria científica, partia-se do todo organizacional e da sua estrutura buscando, assim, garantir eficiência a todas as partes envolvidas,

Acontece, então, uma sistematização de regras e normas administrativas e são

determinadas, também, as funções da administração, a saber: prever, organizar, comandar, coordenar, controlar. Passam a acontecer, também, nesse período, estudos sobre as questões de produção e de como melhorar os processos. (MAXIMIANO, 2000).

Em suma, desde esse início, essas duas vertentes de pensamento formaram a base que deu origem, posteriormente, a outras teorias, como a estruturalista, comportamental e das relações humanas, até chegar ao conceito de gestão, amplamente estudado e praticado na atualidade.

Importante salientar que independentemente do pensamento dominante historicamente a administração apresentou-se inicialmente como um processo mecânico e hierarquizado.

E com o advento da gestão, não se trata apenas de romper com a ideia de administração e propor uma coisa nova, nunca vista antes, mas trata-se do aprimoramento de ideias que, postas sob uma nova ótica e prática de operacionalização, trarão novos resultados, tendo em vista as demandas e o contexto atual da sociedade. Lück (2006) corrobora e reforça este pensamento ao afirmar que “bons processos de gestão dependem e se baseiam em processos e cuidados de administração bem resolvidos”. (p. 110). Ou seja, o que se busca, ao romper com a ideia pura e simplista de administração é uma nova configuração, sem deixar, no entanto, de considerar preceitos e processos que tiveram, sim, seu lado positivo, mas propondo uma nova forma de fazer. Definindo administração, Lück, (2006) afirma que:

A administração é vista como um processo racional, linear e fragmentado de organização e de influência estabelecida de cima para baixo e de fora para dentro das unidades de ação, bem como do emprego de pessoas e de recursos de forma mecanicista e utilitária, para que os objetivos institucionais sejam realizados. (p. 57-58).

Nesse sentido, percebe-se que chegou um momento histórico no qual havia a necessidade de buscar a superação de tal fragmentação, passando para um processo mais contextualizado, que ofereça uma nova lógica de organização e direção de instituições, agora, entendendo que seus processos pressupõem, diretamente, a atuação de pessoas de forma recíproca, democrática e participativa. Este conceito surge, portanto, por volta dos anos 1990 como forma de superar as limitações da administração ao propor um conceito mais focado nas pessoas, superando, assim, o enfoque técnico e passando a considerar os aspectos humanos.

Destacamos o que Lück (2006) afirma sobre a ideia de gestão educacional surgir como uma proposta de mudança paradigmática que acontece associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, a exemplo de sua concepção política e social, cidadania para transformação, dentre outros aspectos, ou seja, não foi algo surgido meramente da mentalidade de alguém, mas surgiu como resposta às demandas do mundo.

Importante, portanto, ressaltar que de nada adianta a mudança de denominação de

termos, de administração para gestão, se não houver a plena compreensão de que essa mudança pressupõe o entendimento dessa mudança e suas implicações, gerando, portanto, novas posturas que possibilitem, efetivamente, a prática dessa proposta de gestão.

### 3 | GESTÃO PARTICIPATIVA: PRESSUPOSTOS E POSSIBILIDADES

Impossível tratar de gestão participativa sem passar, ainda que brevemente, pelo tema da qualidade da escola. O que, de fato, pressupõe e garante essa tão almejada qualidade da escola? Uma boa estrutura física? Uma arrojada proposta curricular? Um corpo técnico e pedagógico com formação de ponta? O que uma escola de qualidade faz, efetivamente? Que tipo de possibilidades estão asseguradas a seu alunado? Que produto busca entregar à sociedade? O que difere essa escola das demais?

Em suma, “os estabelecimentos escolares diferenciam-se entre si pelo grau em que conseguem promover a aprendizagem de seus alunos.” (LIBÂNEO, *et al*, 2003, p. 420). O negócio que uma escola se propõe a fazer é educação. Este é serviço e o motor que faz com que todos os processos se desenrolem no interior de uma unidade educacional. Muito mais que uma boa estrutura, os pais esperam que seus filhos estejam num lugar onde possam aprender, para além de conhecimentos, habilidades e valores que os preparem para vida. (LIBÂNEO, *et al*, 2003).

A lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos do seu processo de implementação. (LÜCK, 2006, p. 36).

E a gestão participativa baseia-se, conforme o nome sugere, na participação em busca de objetivos comuns, que são assumidos por todos: gestores escolares, demais funcionários da escola, professores, alunos, pais e comunidade escolar como um todo. Já dissemos anteriormente que o principal objetivo de uma escola é promover aprendizagem significativa a seus alunos e esse não é um objetivo pertencente exclusivamente à escola, mas a todos esses indivíduos, cuja expectativa é que essa escola seja capaz de ofertar uma educação, seu serviço básico e essencial, de qualidade.

Salientamos, também, amparadas no pensamento de Libâneo, *et al* (2003), que numa gestão participativa as decisões são tomadas coletivamente e que cada membro da equipe deve assumir, portanto, sua parte a fim de que os objetivos da escola, e da comunidade, sejam plenamente alcançados. Nessa perspectiva, todos têm parte ativa nesse processo e se cada um bem desempenhar suas responsabilidades, os objetivos serão alcançados com maior brevidade.

Importante, também, valorizar os processos organizacionais – planejamento, organização, direção e avaliação – com o objetivo não apenas de tomar decisões, mas de colocá-las em prática viabilizando melhores condições e a superação de possíveis

## dificuldades no processo ensino- aprendizagem

A gestão participativa, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades e de uma ação coordenada e controlada. (LIBÂNEO, *et al*, 2003, p. 448).

Os autores afirmam que a gestão é justamente a atividade que, através dos aspectos gerenciais e administrativos, é responsável pela mobilização de meios e procedimentos com vistas a atingir os objetivos organizacionais. Importante destacar, também, que a organização escolar agrega pessoas, professores, alunos, pais e servidores, que, interagindo entre si, exercem a tomada de decisões num processo democrático comuns a um contexto sociopolítico.

### Nesse sentido, a gestão participativa

Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, advoga que, tomadas as decisões coletivamente, cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das deliberações." (LIBÂNEO, *et al*, 2003, p. 446).

Tudo isso, reforçamos, tem uma forte ênfase nas relações humanas, base da gestão participativa, como afirma Libâneo, *et al* (2003, p, 437) “a instituição escolar caracteriza-se por ser um sistema de relações humanas e sociais com fortes características interativas, que a diferenciam das empresas convencionais.”

Assim sendo, é importante que o Projeto Político Pedagógico, como documento oficial e normativo da escola seja, também, pensado de forma coletiva.

## 4 | O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), acentuou a necessidade da ação coletiva compartilhada através da regulamentação da gestão democrática dos estabelecimentos de ensino do Brasil e consolidou o Projeto Político Pedagógico (PPP) em instrumento de inteligibilidade de uma mudança significativa.

Por ser um instrumento que determina a identidade da escola e seus atributos específicos, o Projeto Político Pedagógico é um texto com contexto e história, e não uma mera declaração de princípios ilusórios nunca revisados. Ele determina o currículo, as atividades escolares e extraescolares, contrabalança o ideal com o possível, a utopia com a concretização, delibera a filosofia da educação, as alternativas em torno das percepções e dos modelos pedagógicos, as táticas metodológicas, as inovações educativas, a relação com a comunidade, os modelos de gestão, a repartição de tempos e espaços, a proposta curricular e os critérios de avaliação. (VEIGA, 2013).

É um documento escrito e serve como instrumento de articulação entre os fins e os meios; distribui, realimenta e modifica todas as atividades pedagógicas, tendo em vista os

objetivos educacionais. Pondera o instituído (legislação, currículos, conteúdos e métodos) e é instituinte da cultura escolar, pois cria objetivos e normatiza procedimentos, modos de agir, valores, etc., ao passo que resume os desejos e as propostas dos educadores que trabalham na escola buscando um rumo, uma direção, uma ação intencional, com um compromisso definido em conjunto.

O Projeto Político Pedagógico deve ter como objetivo principal a organização do trabalho pedagógico. Por sua natureza, este documento é projeto pela sua função primordial de determinar e projetar detalhadamente o que se deseja alcançar enquanto instituição educativa.

Deve apresentar-se articulado ao compromisso sociopolítico ao preocupar-se com a formação de um determinado tipo de cidadão, ao mesmo tempo em que torna-se pedagógico por elencar ações educativas e conter características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. O PPP tem a ver com a organização do trabalho da escola, de modo geral, bem como com a organização da sala de aula (ação educativa), incluindo relação com o contexto social imediato, trabalhar conflitos, superar relações competitivas e autoritárias procurando preservar a visão do todo. (VEIGA, 2014).

É possível considerar que os PPP's possuem conflitos de valores (várias visões de mundo, crenças, afetos e significados), dada a diferença dos atores envolvidos, mas, resumidamente, é admissível dizer também que os PPP's admitem conflitos de interesse (de grupos, classes), pois são justamente esses conflitos que possibilitam as muitas visões e, por fim, a construção da gestão como forma de atender às mais variadas demandas presentes no contexto no qual a escola está inserida.

É pedagógico porque organiza e sistematiza o trabalho educativo, envolvendo o pensar e o fazer da escola por meio de ações, atos e medidas que combinem com a reflexão e as práticas do fazer pedagógico. É um documento teórico e prático que implica elaboração coletiva a ser efetivada pelos sujeitos da escola. Une fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade confia e almeja fazer. Determina valores humanitários, princípios e comportamentos adequados ao convívio entre os seres humanos que a instituição se propõe a formar, ao passo que sinaliza indicadores de uma boa formação, qualifica funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola. Desta forma, pode-se considerar que o PPP:

[...] é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. (VASCONCELOS, 2009, p. 18).

O Projeto Político Pedagógico é entendido, neste trabalho, como a própria

organização do trabalho pedagógico da escola que tem como princípio a gestão participativa. A construção do PPP tem como ponto de partida, princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é classificada como espaço social marcado pela manifestação de práticas que se contradizem e apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. A gestão participativa proporciona à escola ser um espaço de (re) construção constante.

Ao se construir o Projeto Político Pedagógico de uma escola, planeja-se o que se tem intenção de alcançar. Lança-se por diante com base no que se tem, almejando alcançar o (im)possível. Trata-se de antecipar um futuro diferente do presente. De acordo com Libâneo (2013), o PPP é um documento que visa propor uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, e que, a partir da formulação de metas e ações, institui procedimentos e instrumentos de ação. Deve ter como princípios norteadores: sujeitos que queremos formar; conhecimentos que queremos ensinar; sociedade que queremos; escola que temos e queremos; concepção de avaliação; cultura que queremos valorizar e relações de poder que queremos manter.

Corroborando e ampliando este pensamento, Gadotti afirma que:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579).

Nessa perspectiva, o PPP vai além de um simples ajuntamento de planos de ensino e atividades diversificadas. O projeto não é algo que é construído e em seguida guardado ou enviado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele deve, portanto, ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo.

## **5 | O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO PARTICIPATIVA**

Na Gestão Participativa, a construção do PPP pressupõe a viabilização de propostas compartilhadas de ações que incitem a inovação e a expressão das várias dimensões das identidades dos sujeitos que o constroem, executam e avaliam. Essa reflexão, entretanto, só alcançará êxito se a escola propiciar um fecundo diálogo com todos os seus segmentos, permitindo-lhes expressar suas identidades nas dimensões abordadas anteriormente. Na construção do PPP, como afirma Rossi (2006), os sujeitos necessitam ser reconhecidos como agentes de um fazer e de um saber, na medida em que mediatizam as relações entre a escola, sociedade e conhecimento

O processo de construção do PPP na Gestão Participativa pode contribuir, portanto, para a constituição das identidades dos sujeitos, nas dimensões sociais, éticas e políticas, em uma perspectiva crítica. Obviamente, isso pressupõe uma percepção desse projeto como um instrumento de organização dos sujeitos sociais no interior da instituição escolar e não como um documento meramente burocrático, encomendado a terceiros. Essa tarefa pode ser complicada porque, ao mesmo tempo em que a escola deve buscar a tendência e a consciência dos interesses dos sujeitos envolvidos na organização de todo trabalho pedagógico, precisa estimular a participação dos grupos em seu interior, respeitando suas especificidades.

Na gestão participativa, é privilegiada a gestão coletiva com ênfase nas pessoas ao invés das tarefas, sendo menos centralizadora, mais democrática, envolve funcionários de diferentes funções, pais e comunidade, que juntos trabalham para uma responsabilidade coletiva, apoiado nas experiências das pessoas, promovendo interações sociais. (HEES, *et al*, 2019).

Libâneo (2003) amplia esse pensamento ao afirmar que

Uma organização escolar não pode ser tratada como algo imparcial e operativo, um item indiferente a ser analisado, todavia, precisa ser entendida como uma composição de caráter social, tratada com propósito pelos docentes, discentes, pelos pais e os membros da comunidade adjacentes, além de mencionar que a organização escolar não seria estereotipada por sua função no mercado, mas por sua preocupação no interesse público (p.1).

Sintonizado com a identidade do coletivo que o elaborou, o PPP deve possibilitar à escola a constante reflexão dos seus problemas com todos os segmentos que a compõem e viabilizar alternativas – não imediatistas, mas, sobretudo, de médio e longos prazos – de como pensar, executar e avaliar o seu trabalho, tendo em vista a superação desses problemas.

Buscando um rumo e uma direção, o PPP consubstancia-se em uma ação intencional e explícita, na medida em que decorre de um compromisso assumido coletivamente. Como identidade da escola, o PPP tem o político e o pedagógico como indissociáveis, possuindo permanentemente em seu processo de concepção, construção e avaliação intencionalidade explícita.

Para uma gestão ser eficiente é indispensável que na construção do PPP haja o envolvimento de todos, uma participação efetiva dos interessados, gestores, pais, alunos, funcionários, professores e representantes da comunidade. Delinear e construir um PPP, é possuir compromisso com uma educação de qualidade e participativa, é a junção entre escola e comunidade, comunidade e escola, pois os dois são indissociáveis e isso pode se materializar na construção deste documento. É trilhar um caminho com foco na aprendizagem, participar de opiniões e responder os questionamentos. Uma instituição que se estabelece democraticamente na elaboração e construção do PPP, certamente será

uma instituição em busca do conhecimento, de novas concepções sempre participativas. Falar sobre PPP, nada mais é do que falar em democratização e participação de uma comunidade escolar. O projeto faz com que a escola saia da rotina, é uma união perfeita entre escola e sociedade. (VEIGA, 2013).

Não se deve esquecer que os sujeitos se constituem no âmbito de suas relações sociais, éticas e políticas, de forma semelhante ocorre a construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Nesse sentido, é necessário não perder de vista o fato de que o processo de construção desse projeto é um campo, por excelência, de produção da subjetividade dos sujeitos, uma vez que todos os segmentos da escola constroem e reconstróem relações em suas práticas do dia a dia do fazer escolar. Ao caracterizar-se como o instrumento que, intencionalmente, permite um repensar da ação educativa, o Projeto Político Pedagógico leva a escola a construir sua autonomia e sua identidade.

Na perspectiva de sua incompletude, esse projeto deve ser continuamente redimensionado, uma vez que as identidades da escola, do professor, do aluno e da sociedade estão em permanente modificação. A escola não realiza seu trabalho no vazio; baseia-se em diretrizes e fundamentos do contexto social no qual sua prática pedagógica ganha e constrói sentidos.

A construção do PPP deve considerar as singularidades e a participação de todos os sujeitos da escola, potencializando a criatividade, a capacidade reflexiva e a própria dinâmica dos envolvidos. Essa ideia remete-nos à compreensão de que a relação entre os sujeitos que interagem na perspectiva do pesquisar, do ensinar e do aprender é marcada por situações desafiantes e intrigantes, sendo, portanto, merecedoras de investigação. Talvez esse fato possa explicar a grande dificuldade que nossas escolas têm para construir coletivamente seu PPP, pois trata-se – muito mais que o atendimento a uma determinação legal ou a um modismo – de uma mudança de concepção do e no espaço educativo. Os sujeitos necessitam estar imbuídos da convicção de que a educação se processa, não por movimentos estanques e isolados, mas na capilaridade da escola. Dessa forma, o PPP contribui na sistematização e na organicidade da prática reflexiva dos sujeitos. (VEIGA, 2014).

Definindo seus pressupostos em conformidade com a especificidade e a complexidade do seu coletivo, o PPP de qualquer escola deve ser concebido, executado e avaliado objetivando contribuir para a construção da identidade social, ética e política dos sujeitos que o sustentam, considerando o contexto da modernidade reflexiva no qual esses mesmos sujeitos estão inseridos. Este é um dos importantes papéis do PPP: construir, via diferenças, os interesses do coletivo, o que demanda um caráter reflexivo dos sujeitos que o constroem. (VEIGA. 2014).

O gestor deve atuar de maneira democrática na elaboração do projeto, buscando agregar a comunidade no ambiente escolar acatando sempre seu marco referencial, acolhendo opiniões do corpo docente, funcionários e pais, o que possibilita desenvolver o

senso crítico, participativo e estimula o comprometimento e a responsabilidade de todos.

## 6 | CONCLUSÕES

Desde o início da história da administração passando pelas distintas escolas, cada uma a seu modo e tempo trouxe contribuições significativas para o mundo organizacional. Nesse percurso de tempo, percebemos que houve, e continua acontecendo, uma mudança nas formas de pensar, e, por conseguinte, de gerir uma empresa, negócio ou instituição, tendo em vista o aprimoramento das funções a fim de que haja uma potencialização dos serviços por ela prestados. Todo esse curso histórico culminou com o advento da gestão como um processo mais humano e, por conseguinte, democrático.

A gestão participativa apresenta seus desafios específicos, uma vez que se baseia, prioritariamente, em relações humanas. Propor um espaço de diálogo e participação onde todas as vozes da comunidade escolar possam ser ouvidas e validadas, é, sim, um grande desafio, mas pode ser algo extremamente recompensador, pois ao final, a possibilidade de alcance dos objetivos torna-se mais possível.

Esses objetivos, por sua vez, devem ser compartilhados com todos aqueles que esperam por seu alcance: gestores escolares, professores, pais e demais membros da comunidade. Criar situações e contextos nos quais os indivíduos possam participar diretamente faz com que a escola se aproxime cada vez mais da comunidade, uma vez que está diretamente preocupada e comprometida em contribuir.

Nesse sentido, o PPP, além de ser o documento identitário da escola, serve de bússola para nortear os passos que a escola deverá dar e a fim de alcançar seus objetivos. Além disso, pode ser o elo de ligação entre escola e comunidade, à medida que permite que, através do envolvimento direto, as muitas vozes sejam ouvidas, ajudando a escola na identificação de suas demandas e desafios a serem superados enquanto instituição educativa.

Para isso é importante haver o claro entendimento de que a escola não é o único lugar onde se aprende e que, de alguma forma, todos os indivíduos da comunidade podem, sim, se envolver diretamente nesse processo de ensino e aprendizagem.

Romper com as práticas altamente hierarquizantes é de extrema necessidade e apresenta-se como um grande desafio para os gestores da atualidade. Nesse sentido, destacamos a construção e implementação do PPP como um ato de coragem; coragem para romper com antigas práticas ao propor um novo modelo de gestão mais humano e participativo. Leva tempo, pode cansar e trazer desgastes, mas é possível.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 16, mar, 2021.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Elsevier, 2004.

GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do projeto pedagógico”. In: MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

HESS, Luciane Weber Baia et al. **Gestão participativa: uma proposta de ações integradas ao Modelo DMAIC**. *Scientia Vitae*, v.7, n.25, p. 19-28, jul./set. 2019. Disponível em: <http://www.revistatfpr.com/v8251928.pdf>. Acesso em: 14, mar, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos, et al. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROSSI, Vera Lúcia Sabongi de. **Gestão do Projeto Político Pedagógico: Entre corações e mentes**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **As dimensões do Projeto Político Pedagógico**. 9 ed. Campinas: Papirus, 2013.

\_\_\_\_\_. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2014.

\_\_\_\_\_(org.). **Projeto Político- Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 29 ed. Campinas: Papirus, 2013.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 53, 55, 59, 60, 61, 179, 190

África 91, 166, 169, 175, 176, 177, 178, 185

Alfabetização 38, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 174, 177, 216, 220, 221, 275

Ambiente virtual de aprendizagem 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 105

Aplicativo educacional 110

Argumentación escrita 146, 148, 152, 153, 161, 162, 163, 164

Artistas afrodescendentes 84, 88, 89

Assistência estudantil 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

### C

Conferências internacionais de instrução pública 233, 236, 240

### D

Desenvolvimento 5, 6, 8, 9, 12, 16, 19, 20, 36, 37, 38, 41, 46, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 75, 77, 86, 87, 99, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 213, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 226, 227, 229, 237, 238, 270, 273, 275

Dualidade 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 185, 192, 193, 212, 213, 215, 216, 221, 222, 223, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 265, 266, 267, 268, 270, 273, 275

Educação ambiental 123, 124, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Educação antirracista 1, 2

Educação básica 2, 4, 8, 10, 15, 19, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 72, 84, 85, 89, 93, 96, 107, 141, 145, 241, 242, 253, 255, 256, 275

Educação científica 25, 26, 34, 36, 38, 39, 138

Educação lúdica 110

Educação Matemática 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 275  
Educação Museal 222  
Educação não formal 266, 267  
Educação superior 3, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 74, 77, 78, 82, 212  
Ensaio argumentativo 146  
Ensino da Arte 84, 95  
Ensino de Biologia 74  
Ensino e aprendizagem 7, 27, 31, 36, 75, 102, 108, 128, 213, 214, 220, 222, 223, 251  
Ensino remoto 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108  
Ensino secundário 4, 233, 234, 235, 236, 239, 240  
Estudos curriculares 25, 26, 31  
Ética 25, 38, 39, 124, 126, 216, 250  
Evidências visuais 202, 203  
Extensão comunitária 53

## F

Ficção 166, 167  
Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 26, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 44, 45, 47, 50, 53, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 143, 144, 145, 147, 167, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 228, 231, 232, 234, 236, 239, 245, 247, 253, 266, 269, 270, 273, 274, 275  
Formação de professores 41, 64, 66, 67, 72, 75, 86, 97, 105, 106, 129, 130, 132, 213, 217, 220, 275  
Formação emancipadora 1, 7  
Formação humana 1, 2, 6, 8, 47

## G

Gestão escolar 43, 45, 46, 47, 48, 241  
Gestão participativa 241, 242, 245, 246, 248, 249, 251, 252  
Grupos de pesquisas em educação 43  
Guiné-Bissau 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 177

## I

Interdisciplinaridade 112, 125, 131, 133, 135, 145  
Interface tangível 110

## J

Jovens 18, 32, 33, 37, 38, 40, 41, 47, 61, 136, 167, 178, 179, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 228, 239, 266, 267, 270

## L

Lei 10.639/03 84

Letramento digital 213, 215

## M

Mapeamento 54, 82, 101, 102, 103, 108, 214

Matemática 37, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 117, 118, 123, 132, 253, 255, 256, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 275

Metodologia 2, 41, 49, 54, 69, 77, 88, 98, 103, 112, 115, 116, 118, 119, 121, 125, 131, 132, 135, 138, 139, 143, 194, 212, 217, 253, 266

*Moodle* 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83

Museus 80, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Museus virtuais 222, 223, 225, 227, 228, 231

## O

Objetivos de aprendizagem 202

Organización de evidencias 202

## P

Pandemia 35, 36, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 139, 141

Pensamento crítico 145, 147, 266

Pensamiento crítico 146, 148, 158, 159, 161, 163

Percepção ambiental 135, 136, 142

Periódicos 43, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 139

Permanência 5, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24

Pesquisa em educação 43, 45, 83, 132

PNAIC 62, 63, 64, 68, 69, 72, 275

Políticas educacionais 23, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 62, 63, 236

Práticas de leitura 68, 71, 98, 266, 267

Professores escolares 53

Projeto político pedagógico 47, 127, 143, 241, 242, 246, 247, 248, 250, 252

## **R**

Realidade aumentada 110, 111, 112, 113, 117, 118, 225, 232

Recursos tecnológicos digitais 213, 216, 217, 218, 219

Reforma Francisco Campos 233, 235, 236, 238, 239

Relações comunidade-instituição 53

## **S**

Sindemia 25, 26, 27, 34, 35, 39, 42

Softwares educativos 253

## **T**

Tecnologia 1, 4, 9, 59, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 92, 95, 96, 99, 101, 102, 109, 117, 214, 215, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 253, 254, 266

Tocantins 123, 124, 125, 126, 131, 132, 253

## **V**

Verbetes 43, 44, 45, 49

Violência 41, 54, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193



# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# A Educação

enquanto instrumento de  
emancipação e promotora  
dos ideais humanos

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 